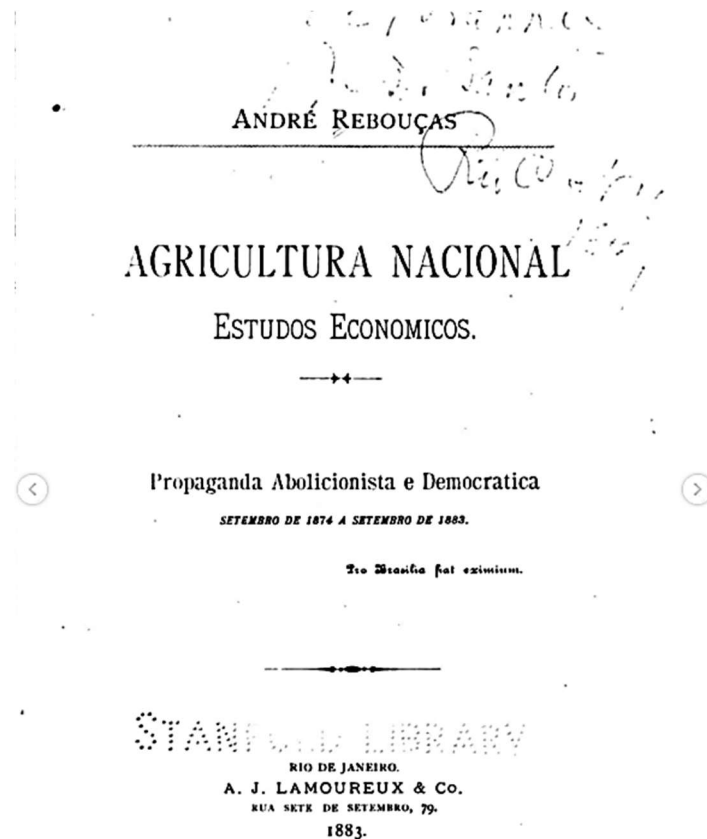


Agricultura Nacional



Robert Daibert Jr. ¹

Agricultura Nacional: estudos econômicos / propaganda abolicionista e democrática ² foi publicado por André Rebouças em 1883. O livro propunha a implantação de um projeto de Democracia Rural no Brasil. Essa proposta tocava em uma ferida grave e séria que despertava posições e atitudes distintas na sociedade brasileira. Ao longo dos anos 1870 e, sobretudo 1880, ocorreu a construção gradual de um certo consenso em torno da ideia de que o fim da escravidão era necessário e inevitável. O cenário mundial apontava para isso. A cada ano o Brasil se consolidava como uma vergonhosa exceção: era um país escravista entre nações

¹ Graduado em História pela UFJF; mestre em História pela Unicamp e doutor em História pela UFRJ. Professor nos Programas de Pós-Graduação em História e em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional**. Estudos Economicos. Propaganda Abolicionista e Democratica. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux e Co. 1883.

civilizadas. Como um rápido dominó, a escravidão caía em diversas regiões do mundo desenvolvido, seja pelo avanço de formas capitalistas de produção que defendiam o trabalho livre e fomentavam novos mercados consumidores, seja pela expansão de uma nova moralidade humanista propagadora da extensão da liberdade e da cidadania.³

Mas não havia acordo em relação à forma mais adequada de promover a abolição. Alguns defendiam a obrigatoriedade da indenização dos proprietários de escravizados pelo Estado. Outros argumentavam que era preciso aguardar os efeitos da Lei do Ventre Livre de 1871, de modo que em poucas décadas, com a morte dos escravizados, o cativo seria lentamente extinto no país. Talvez em 1931, quando os últimos escravizados nascidos dias antes dessa lei completassem 60 anos. Havia ainda outros, como André Rebouças, que lutavam por uma abolição imediata, incondicional e sem indenização. Os debates eram intensos e as ideias defendidas por Rebouças no livro *Agricultura Nacional* chegaram a circular e animar discussões nas ruas das grandes cidades, nos cafés, no Parlamento, nas fazendas e, principalmente, nas páginas dos jornais.

Nesse momento, muitas dúvidas e discordâncias circundavam também as propostas de formação de um mercado de trabalho, principalmente nas atividades agrícolas mais dinâmicas como a cafeicultura. Na época, inúmeros foram os debates a respeito da chamada transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. Qual seria o modelo mais adequado e seguro para se alcançar o progresso econômico do país? Como incluir a futura massa de ex-escravizados como mão de obra? O colonato ou o assalariamento? O trabalhador imigrante ou o nacional? No caso da imigração, qual seria o modelo mais adequado? A forma espontânea ou a subvencionada? O Brasil deveria investir no imigrante chinês ou no europeu?⁴ A economia brasileira entraria em colapso com uma abolição imediata e sem indenização? Como garantir o progresso e o desenvolvimento do país após abolição? *Agricultura Nacional* traz uma tentativa original de resposta de André Rebouças para algumas dessas perguntas e inquietações. Mais do que isso, ao longo de centenas de páginas, o autor esboçou propostas de solução para esses que foram, sem dúvida alguma, os maiores dilemas do Brasil do século XIX. O livro traz a síntese do pensamento social de André Rebouças.⁵

³ ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**. O movimento abolicionista brasileiro. (1868–1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 27.

⁴ MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**. Os movimentos sociais da década da escravidão. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994, p. 52.

⁵ DAIBERT JR., Robert. Sonhos proféticos de André Rebouças por uma Democracia Rural: o encontro do “maior inimigo dos Fazendeiros” com as utopias cristãs de Tolstoi. *Intellèctus* (UERJ), Rio de Janeiro, v. 22, n.1, jan.-jun. 2023. A pp. 105-112. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/73856> . Acesso em: 8 de maio de 2024.

As primeiras ideias a respeito desse projeto de Democracia Rural começaram a ser gestadas em artigos publicados por Rebouças, entre 1874 e 1875, no *Jornal do Commercio*. Naquele momento, ele concluía uma fase de sua vida marcada por grandes dificuldades, fracassos e falências em projetos empresariais como engenheiro. Suas tentativas, inspiradas em ideais de uma economia de mercado dinâmica, com reduzida burocracia e baixa regulação estatal, esbarravam e conflitavam com a letargia de uma elite agrária conservadora, alimentada pelo parasitismo e pela dependência em relação à burocracia estatal.⁶ O livro reúne, reproduz e, ao mesmo tempo, amplia todos esses estudos produzidos nos anos 1870 e ainda agrega também outros dados, ideias e textos elaborados no início dos anos 1880. A publicação é composta por sessenta e oito capítulos divididos basicamente em duas partes. A primeira apresenta um diagnóstico detalhado da produção agrícola de café, açúcar, algodão e fumo nas províncias do Império, considerando o quantitativo de sua produção a partir das condições climáticas, as características de suas terras, a hidrografia, os meios disponíveis para armazenamento e escoamento da produção, a relação dessa produção com a mão de obra escravizada, a concorrência na venda desses produtos a partir de comparações com outros países produtores, entre outros. Tudo isso é demonstrado por meio de números, estatísticas e tabelas retirados de estudos nacionais e estrangeiros a respeito de agricultura e ainda de documentos oficiais, como os relatórios do Ministério da Fazenda.

A segunda parte do livro traz o Projeto de Lei de Auxílio à Agricultura Nacional em artigos detalhados, acompanhados dos resultados esperados a partir de sua aprovação. Como um homem de ciência de seu tempo, André Rebouças apresenta um projeto civilizador baseado em princípios científicos. O autor fundamenta empiricamente seus argumentos lançando mão de estudos de Economia, Agronomia, Botânica, Química, entre outras. Ao final, temos uma perspectiva otimista e promissora para todas as partes envolvidas no processo produtivo: maior lucro e rentabilidade para os fazendeiros e libertação dos antigos laços de dominação para imigrantes e ex-escravizados, transformados em pequenos proprietários. Até então, as propostas de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, discutidas nos Congressos Agrícolas de 1878, apontavam para soluções como trabalho assalariado, sistema de parceria ou de arrendamento. Neste sentido, em seus estudos sobre a agricultura, André Rebouças inovava ao defender um projeto em que os imigrantes e os futuros libertos assumiriam a condição de pequenos proprietários de terra. Assim, em seu entendimento, a extinção legal da escravidão, pela qual o autor lutava no momento da publicação desse livro, deveria ser um meio e não um

⁶ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O Quinto Século**. André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998, pp. 119–123.

fim em si. Em outras palavras, Rebouças incluía em sua campanha abolicionista um programa específico de reforma social. Especificamente, na visão do autor, a abolição deveria pavimentar o caminho que conduziria a reformas sociais e econômicas, como a democratização do acesso à terra, assegurando a real integração do ex-escravizado à estrutura da nação.⁷ Em sua visão, os problemas sociais do Brasil decorriam da distribuição desigual da terra.

Em *Agricultura Nacional*, o Brasil de Rebouças é um imenso território, pouco e mal explorado, mas, ao mesmo tempo, ainda potencialmente produtivo. A seu ver, faltava racionalidade na exploração das riquezas. Neste sentido, o livro apresenta um diagnóstico do problema e também uma solução. No texto, o autor compara as dificuldades enfrentadas pela agricultura no Brasil com o desenvolvimento dessa atividade econômica em outros países. Embora aponte e reconheça dificuldades na estruturação de atividades agrícolas em territórios estrangeiros, como na França, por exemplo, André Rebouças critica o latifúndio e a escravidão como dois elementos responsáveis pelo profundo atraso da agricultura brasileira.⁸ No seu entendimento, esses são os dois pilares que sustentavam o atraso do Brasil. O caminho rumo ao desenvolvimento econômico, ao progresso e à civilização passava necessariamente pela destruição desses alicerces. Ambos precisavam ruir, caso contrário a abolição seria incompleta.

Para o autor, a superação desse atraso passava também por uma reestruturação das atividades agrícolas com base em pequenas propriedades rurais. Essa compreensão é a marca da originalidade e também da distinção entre Rebouças e outros abolicionistas de seu tempo, que se limitavam a defender o fim do cativo e a transição para o trabalho livre. Em seu projeto, ele defendia a necessidade de uma associação direta entre o fim da escravatura e a implementação de reformas sociais como a democratização do acesso à terra, sem a qual não seria possível extinguir a escravidão e eliminar suas heranças e marcas na sociedade. No momento de publicação do livro, no início dos anos 1880, por entender que a abolição da escravidão era uma conquista para um futuro breve, Rebouças defendia a democratização do solo por meio do acesso de libertos e imigrantes à propriedade da terra. Ou seja, não bastaria uma lei que simplesmente extinguisse o cativo. Era preciso um projeto de integração e inserção dos ex-escravizados à terra e ao processo produtivo, garantindo tanto o lucro dos empresários agrícolas quanto um lugar social para os novos homens livres.⁹

⁷ JUCÁ, Joselice. **André Rebouças**. Reformas & utopia no contexto do Segundo Império. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001, p. 105.

⁸ JUCÁ, Joselice. **Idem**, p. 114.

⁹ JUCÁ, Joselice. Op. Cit., p. 95.

Seu abolicionismo previa, portanto, a integração social do futuro ex-escravizado, como condição necessária para o progresso do país e meio capaz de quebrar o monopólio da terra, visto como o maior obstáculo à construção de uma democracia genuína e de um capitalismo dinâmico. ¹⁰ O projeto de *Democracia Rural* era ambicioso e tinha como proposta a reestruturação econômica e social do país, por meio da integração e conciliação de vários segmentos sociais. Imigrantes, ex-escravizados, homens livres pobres e fazendeiros deveriam fazer parte de um todo, cada qual com um lugar bem definido, mas estreitamente ligados por uma interdependência harmônica. ¹¹ O projeto de Rebouças era transformar latifúndios em colônias agrícolas que produziram a riqueza do país. Segundo o autor, o senhor de escravizados era estúpido por não perceber que seu patrimônio poderia ser ampliado caso o padrão de riqueza gasto com a escravidão fosse transferido para a terra em produção. Assim, o valor da terra deixaria de ser anulado pelo latifúndio e pela escravidão. ¹² Em centenas de páginas, Rebouças tenta convencer os donos de escravizados de que devem aderir ao modelo da *Democracia Rural*, argumentando que seu patrimônio seria ampliado significativamente. Assim, para o autor, os velhos latifúndios seriam transformados em colônias agrícolas, garantindo aumento na produção de riquezas. A lógica dessa transformação, cuja incompreensão é criticada por Rebouças como expressão da estupidez das classes senhoriais, seria a transferência do padrão de riquezas do cativo para a terra em produção. ¹³

Para André Rebouças, a chave de superação da questão social estava na figura dos pequenos proprietários de terra. Estes, ao produzirem para uma economia de mercado, no seu entendimento, poderiam se tornar moléculas básicas e fundamentais para o progresso. ¹⁴ Mas, de acordo com Rebouças, as terras dos grandes fazendeiros não seriam distribuídas gratuitamente aos libertos ou imigrantes. Tal medida ia de encontro ao seu pensamento liberal, ferindo o princípio da conquista por meio do esforço individual. Sua proposta era que os latifundiários dividissem suas fazendas em pequenos lotes que seriam vendidos ou arrendados para imigrantes e ex-escravizados. Estes assumiriam a responsabilidade pelo trabalho de produção agrícola propriamente dita, enquanto aos fazendeiros caberia a transformação da

¹⁰ SOARES, Anita Maria Pequeno. “O Negro André”: a questão racial na vida e no pensamento do abolicionista André Rebouças. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24. n.1, 2017, p. 265.

¹¹ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites. Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 101-102.

¹² LESSA, Carlos. André Rebouças: empresário e reformador social. In: JUCÁ, Joselice. **André Rebouças: reformas & utopia no contexto do Segundo Império**. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001, pp. 05-06.

¹³ LESSA, Carlos. Idem, pp. 05–07.

¹⁴ LESSA, Carlos. Op.cit., p. 05.

matéria-prima recebida e o escoamento da produção, nas fazendas ou engenhos centrais.¹⁵ Os trabalhadores livres seriam assim transformados em pequenos proprietários agrícolas independentes. Outro caminho seria a distribuição, para imigrantes e ex-escravizados, das terras devolutas do Estado, nos terrenos marginais às estradas de ferro.

A democratização da terra passaria, em um primeiro momento, pela divisão dos latifúndios em pequenos lotes de 20 hectares. Os pequenos produtores venderiam suas colheitas para as fazendas ou engenhos centrais. Esse modelo teria o mérito de fortalecer pequenos produtores independentes, combatendo assim outros sistemas de acesso à terra como parceria e colonato, responsáveis pela exploração e subserviência dos homens livres em relação aos grandes fazendeiros.¹⁶ No projeto de Rebouças, a pequena propriedade rural não deveria, necessariamente, existir apenas enquanto unidade independente e autônoma em todas as fases do processo produtivo. O autor propõe a criação de fábricas centrais, fazendas ou engenhos que atuariam como unidades centrais agregadoras de um conjunto de pequenos produtores agrícolas, fornecedores de matéria-prima que deveriam ser processadas por uma estrutura forte. No seu entendimento, essa unidade central financeira, como um banco territorial, o ciclo produtivo de seus pequenos associados. Assim, tanto por seu papel de financiadora como de processadora e comercializadora, a unidade central poderia garantir a introdução do progresso técnico nas pequenas unidades e o conseqüente fortalecimento dos produtores satélites.

As unidades centrais, agregadoras de pequenos proprietários de terra, desenvolveriam formas mais avançadas de produção, socialmente mais justas e fundariam um novo tipo de riqueza. O modelo idealizado por André Rebouças era inspirado pela ferrovia de penetração que poderia favorecer a ocupação de terras virgens não utilizadas, ampliando a produção. A Democracia Rural é um modelo geral que abrange tanto a pecuária — com gado de pequeno e grande porte — como a agricultura — permanente ou de temporada. Esse modelo poderia sofrer adaptações conforme as variações pedológicas, climáticas e morfológicas do imenso território brasileiro. Rebouças, ao defender a extinção do latifúndio improdutivo, “mergulha em especificações sobre o cadastramento de terras, loteamento de terras devolutas, colonização nos eixos ferroviários, transmissão de propriedades pelo simples endosso de títulos, inviolabilidade da cabana e do lote apossado etc.”¹⁷ O caminho para o alcance desse objetivo seria a aplicação de um imposto fundiário progressivo, conforme a dimensão física das propriedades. Segundo o

¹⁵ PESSANHA, Andréa Santos. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria**. A vida e as ideias de André Rebouças. Rio de Janeiro: Quartet, 2005, pp. 111–112.

¹⁶ JUCÁ, Joselice. **André Rebouças**. Reformas & utopia no contexto do Segundo Império. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001, p. 96.

¹⁷ LESSA, Carlos. Op. cit., p. 05.

autor, os proprietários de terras improdutivas pagariam altos impostos e assim seriam impelidos a adotar outro padrão de organização produtiva. A Lei de Terras de 1850 deveria ser modificada, de modo que as terras devolutas pudessem se tornar acessíveis à posse de qualquer família que se candidatasse à atividade camponesa. Assim, caberia ao Estado facilitar a posse do território rural efetivamente ocupado.

Em seus estudos, André Rebouças chamava atenção para dois pilares fundamentais: o princípio da liberdade individual e a divisão do trabalho. O primeiro, no seu entendimento, seria capaz de transformar a lavoura escravagista esterilizadora em indústria agrícola progressista, por meio da livre iniciativa e do espírito de associação. Nesse sentido, o autor defendia a não intervenção do Estado nas atividades agrícolas por considerá-la nociva e retrógrada ao desenvolvimento econômico. Já em relação ao segundo ponto, a divisão do trabalho, Rebouças propunha o menor número possível de operações pelos agentes envolvidos, de modo que, dentro do processo produtivo, fosse possível atingir maior eficiência e produtividade.¹⁸ Rebouças previa em seu projeto a transformação da produção extensiva, muita terra e muito braço, em produção intensiva, pouca terra e redução da mão de obra, por meio da adoção de maquinários e técnicas produtivas modernas. O engenho ou fazenda central, ao receber as matérias-primas, deveriam gradualmente adotar técnicas avançadas, responsáveis pelo aumento da qualidade dos produtos. Assim, por exemplo, o cigarro, o café em pó, o chocolate e o açúcar granulado ganhariam maior espaço tanto no mercado nacional quanto internacional. Em outras palavras, a modernização da agricultura impulsionaria a modernização da indústria brasileira, de modo que os produtos pudessem ser exportados já prontos para o consumo, ampliando os lucros dos empresários.

Para Rebouças, o sucesso desse projeto seria capaz de elevar a economia brasileira de um “estágio feudal” para um sistema capitalista de produção.¹⁹ Ou seja, o autor desenha um projeto agrário que prevê a criação de um sistema integrador de mercados no interior do país, formado pelas unidades centrais agregadoras de pequenas unidades, a transformação industrial, a mecanização agrícola. Graças à criação e à distribuição de um novo patrimônio produtivo, Rebouças prevê a afirmação de uma racionalidade capitalista, responsável pela criação de renda e emprego de modo crescente. Desta forma, o Brasil idealizado por Rebouças seria fundado em uma Democracia Rural capitalista com um mínimo de proletários e o máximo de proprietários.

¹⁸ JUCÁ, Joselice. **André Rebouças**. Reformas & utopia no contexto do Segundo Império. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001, p. 93.

¹⁹ JUCÁ, Joselice. **André Rebouças**. Reformas & utopia no contexto do Segundo Império. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001, p. 101.

Não há dúvidas de que seu modelo era o desenvolvimento capitalista norte-americano. A inspiração para Rebouças vinha de uma certa cultura política anglófona e, certamente, das granjearias dos Estados Unidos, país formado por pequenos fazendeiros. Ao visitar o país em 1873, André Rebouças se impressionou com sua vocação para o progresso, a partir de uma base comunitária e religiosa. Um elemento marcante para Rebouças vem das ideias de Benjamin Franklin, defensor da integração entre liberdade do indivíduo e sua virtude política comunitária. Ou seja, a noção de liberdade aprendida pelo engenheiro brasileiro no exterior não se concretizaria como uma expressão de egoísmo, isolamento e indiferença social. Ao contrário, a liberdade decorrente da abolição da escravidão deveria ser sinônimo de um autogoverno de cidadãos livres das amarras dos domínios territoriais de seus velhos senhores. Essa liberdade só se concretizaria, a seu ver, na propriedade da terra em uma dimensão coletiva, materializada nas relações comunitárias entre as pequenas propriedades e os engenhos centrais.²⁰

No projeto de André Rebouças, as fazendas ou engenhos centrais deveriam assumir um papel fundamental de aglutinação em torno de uma vida social comunitária e articulada com as pequenas propriedades. Nesse sentido, caberia também aos engenhos outra grande responsabilidade: oferecer educação técnica para libertos e imigrantes. Em *Agricultura Nacional*, Rebouças faz uma crítica ao bacharelismo que reinava entre as elites no país. Em seu lugar, propõe uma educação técnica e agrícola, diretamente ligada aos processos produtivos do campo.²¹ Rebouças via o africano como “*um homem por civilizar*” e não como um degenerado por uma herança biológica imutável. A seu ver, o colono tutelado pelos fazendeiros latifundiários estaria submetido às mesmas condições de um escravizado. Nesse sentido, o autor critica as falhas na aplicação da Lei do Ventre Livre (1871), que relegaram os ingênuos ao abandono e à falta de instrução. Assim, somente a democratização da terra, acompanhada de projetos de educação, criaria possibilidade para a evolução dos antigos escravizados e dos imigrantes voluntários a um patamar mais elevado da sociedade.

Em *Agricultura Nacional*, encontramos a preocupação do autor com a educação dos pequenos produtores rurais.²² Em seu projeto, libertos e imigrantes teriam assim a oportunidade não só de alfabetização como também o aprendizado das práticas agrícolas, manuseio do solo, uso de máquinas e equipamentos destinados à lavoura. Assim, o investimento em educação

²⁰ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. André Rebouças e a questão da liberdade. In: BOTELHO, André. & SCHWARCZ, Lília. (org.) **Um enigma chamado Brasil**. 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 55–57.

²¹ PESSANHA, Andréa Santos. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria**. A vida e as ideias de André Rebouças. Rio de Janeiro: Quartet, 2005, pp. 134–135.

²² REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional**. Estudos Economicos. Propaganda Abolicionista e Democrática. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux e Co. 1883, pp. 374-375.

aparece em *Agricultura Nacional* como caminho necessário para o desenvolvimento econômico do país e elevação cultural e moral dos libertos como cidadãos. Em *Agricultura Nacional*, André Rebouças defende a tese de que a abolição da escravidão por si só não poderia garantir a superação do atraso do país. Em sua visão, não bastaria apenas modificar o estatuto jurídico da população escravizada. Para ele, mais do que isso, a fim de efetivar o desenvolvimento e o progresso do Brasil era fundamental garantir a estruturação da democracia rural por meio das seguintes mudanças: a criação do imposto territorial, loteamento das terras devolutas, parcelamento da terra, colonização nos eixos ferroviários, implantação de centrais agrícolas, criação dos bancos territoriais (sob formas cooperativas) cujos lucros deveriam ser aplicados em técnicas avançadas de plantio, colheita e beneficiamento e educação técnica para os trabalhadores, imigrantes e ex-escravizados. Conforme o autor, somente a aplicação desse conjunto de medidas poderia destruir os velhos latifúndios, bem como seus poderes e efeitos nocivos sobre a sociedade, a política e a economia do país.

Após esse percurso de apresentação das principais ideias do autor, podemos esboçar alguns indícios do fracasso do projeto e deixar aqui talvez alguns apontamentos para futuras discussões ou novas pesquisas. Um aspecto, já apontado pela historiografia, é o caráter ingênuo e utópico da proposta.²³ A inserção de ex-escravizados, trabalhadores nacionais e imigrantes ao processo produtivo deveria ocorrer sob uma espécie de tutela racional e humanitária de uma elite moderna, afinada com os padrões de desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos e de países europeus.²⁴ Nossas elites, embora sempre se espelhassem em modelos do hemisfério norte, sempre tiveram enormes dificuldades em harmonizar interesses de mentalidades antiga ou arcaica com mentalidades moderna ou industrial. Nossas elites do atraso sempre souberam transformar com maestria o arcaísmo em projeto. Como era de esperar, as propostas do engenheiro abolicionista foram muito mal recebidas pelos representantes dos latifundiários escravocratas tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, onde Rebouças foi insultado e chegou a ser chamado de comunista, alcunha da qual ele logo fez questão de se afastar, apresentando-se, na verdade, como um defensor da propriedade privada no sentido capitalista.

As reações das oligarquias agrícolas foram fortíssimas por sentirem-se ameaçadas não só em termos econômicos, mas também na hierarquia de prestígio social e poder político. Por um lado, falava-se em guerra civil e desordem, por outro, em crise econômica e falência das

²³ JUCÁ, Joselice. **André Rebouças**. Reformas & utopia no contexto do Segundo Império. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001, pp. 101–103.

²⁴ MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**. Os movimentos sociais da década da escravidão. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994, p. 53.

finanças. A propaganda abolicionista foi denunciada como ameaça à tranquilidade pública, ao mesmo tempo em que se pedia a demissão de funcionários públicos abolicionistas. Rebouças, chamado de agitador, foi obrigado a suspender as atividades do Centro Abolicionista na Escola Politécnica onde atuava como professor no curso de engenharia. Nos jornais, surgiam notícias de capangas contratados para matar abolicionistas.²⁵ Foi, portanto, curta, mas bastante tumultuada a repercussão política imediata das ideias de André Rebouças em torno da Democracia Rural, expressas em *Agricultura Nacional*, nos anos que antecederam a assinatura da Lei Áurea. Mas certamente o projeto serviu para despertar durante a vigência do Gabinete Dantas, entre 1884 e 1885, o ódio do *landlordismo escravocrata*, no dizer de Rebouças.

Ao que parece, *Agricultura Nacional* nunca não teve boa repercussão para além dos debates calorosos que duraram até 1885. Depois disso, o livro parece ter se tornado basicamente despercebido nos meios intelectuais de seu tempo.²⁶ Em termos comparativos, ainda hoje é surpreendente o grande número de reedições de *O abolicionismo*²⁷, de Joaquim Nabuco, também publicado em 1883, e consagrada como a mais importante peça de defesa da libertação dos escravizados. Já o livro de Rebouças só ganhou uma segunda edição em 1988,²⁸ no contexto do centenário das comemorações da assinatura da Lei Áurea, e mesmo assim sem grande repercussão.²⁹ Entre outros motivos, talvez essa diferença possa ser explicada pelo caráter sociológico e também literário da narrativa de Nabuco, em contraste com o texto altamente técnico de Rebouças, permeado por dados expostos em tabelas e gráficos em centenas de páginas, menos sedutoras ao público leitor.

Após o 13 de maio de 1888, as discussões entre abolicionistas e os antigos proprietários de escravizados não cessaram imediatamente. Enquanto os primeiros, como André Rebouças, tentavam retomar o projeto de democratização do solo, destinando lotes de terra aos ex-escravizados, o segundo grupo gritava por uma indenização do Estado. Como se sabe, todos perderam. A distribuição de terras nunca ocorreu, o projeto de indenização foi engavetado e, em pouco tempo, a Monarquia foi derrubada por militares em 15 de novembro

²⁵ ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**. O movimento abolicionista brasileiro. (1868–1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 250–254; 261–262.

²⁶ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. André Rebouças e a questão da liberdade. In: BOTELHO, André. & SCHWARCZ, Lilia. (org.) **Um enigma chamado Brasil**. 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 53–54.

²⁷ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Edições Câmara, 2019. [Pub. original: Londres, 1883]

²⁸ REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional**: estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática. 2 ed. Recife: Massangana, 1988.

²⁹ André Rebouças registrou em seu diário, no dia 19 de março de 1886, a seguinte nota: “Transcrevendo para a 2ª edição várias notas do amigo Doutor José de Saldanha da Gama ao meu livro – Agricultura Nacional.” Provavelmente, tratava-se da preparação de uma edição revisada que nunca foi publicada.

de 1889. Em seus escritos de exílio, André Rebouças afirmava que a república no Brasil foi um golpe derivado dos ressentimentos das oligarquias escravocratas, temerosas da implementação das reformas que levassem à Democracia Rural, complementando a abolição da escravidão.³⁰ Em outras palavras, se a escravidão, primeiro grande pilar de sustentação das oligarquias agrárias, havia sido derrubada, era preciso garantir a sobrevivência do segundo pilar, os velhos latifúndios.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**. O movimento abolicionista brasileiro. (1868–1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites. Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O Quinto Século**. André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. André Rebouças e a questão da liberdade. In: BOTELHO, André. & SCHWARCZ, Lilia. (org.) **Um enigma chamado Brasil**. 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DAIBERT JR., Robert. Sonhos proféticos de André Rebouças por uma Democracia Rural: o encontro do “maior inimigo dos Fazendeiros” com as utopias cristãs de Tolstoi. **Intellectus** (UERJ), Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 102-127, jan.-jun. 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/73856> Acesso em: 8 de maio de 2024.
- JUCÁ, Joselice. **André Rebouças**. Reformas & utopia no contexto do Segundo Império. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.
- LESSA, Carlos. André Rebouças: empresário e reformador social. In: JUCÁ, Joselice. **André Rebouças: reformas & utopia no contexto do Segundo Império**. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.
- MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**. Os movimentos sociais da década da escravidão. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- MATTOS, Hebe. **André Rebouças e o Pós-abolição: entre África e o Brasil (1888-1898)**. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. Histórias do pós- abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos. V. 1. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Edições Câmara, 2019. [Pub. original: Londres, 1883]
- PESSANHA, Andréa Santos. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria**. A vida e as ideias de André Rebouças. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.
- REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional**. Estudos Economicos. Propaganda Abolicionista e Democrática. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureaux e Co., 1883.
- REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional: estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática**. 2 ed. Recife: Massangana, 1988.
- SOARES, Anita Maria Pequeno. “O Negro André”: a questão racial na vida e no pensamento do abolicionista André Rebouças. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24. n.1, 2017, pp. 242–269.

³⁰ MATTOS, Hebe. **André Rebouças e o Pós-abolição: entre África e o Brasil (1888-1898)**. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. Histórias do pós- abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos. V. 1. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 15